

AGRICULTURA FAMILIAR: Dinâmicas do município de Bom Jesus-PI¹

Grupo de trabalho 003: “ Agricultura familiar, campesinidade e feiras-livres: um lugar de intersecção rural/urbano”

Roseli Oliveira Silva, mestranda PPGS/UFPI, docente SEDUC-PIAUI/BRASIL

roselisociologa@hotmail.com

Samuel Pires Melo, doutor em Sociologia, docente UFPI/BRASIL

samuelmelo@ufpi.edu.com.br

Resumo: O presente artigo apresenta uma reflexão sobre agricultura familiar e a assistência técnica e extensão rural em Bom Jesus - Piauí. Ao que se observa de uma maneira geral, é que muito frequentemente se desconsidera a história camponesa da agricultura familiar. Por isso, tem-se como objetivo geral analisar as continuidades e rupturas dos modos de *viver e trabalhar* dos (as) agricultores (as) familiares, salientando como porta de diálogo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A análise foi conduzida por uma revisão teórica da agricultura familiar e a assistência técnica e extensão rural no Brasil e como recursos metodológicos, foram realizadas visitas aos (as) agricultores (as) familiares e feirantes do município de Bom Jesus-PI e realização de entrevistas semi-estruturadas com os (as) agricultores (as) feirantes e técnicos extensionistas da regional da EMATER-PI.

Palavras-Chave: campesinato, agricultura familiar, ATER, feiras

Introdução:

Em termos de acontecimentos históricos, o início do século XX chama a atenção pelas Revoluções Russas (URSS) e as burguesas. Esses possibilitaram consolidar o modo de produção capitalista, que trouxe como lógica a transição do modo de produção feudal, basicamente agrário, para o modo de produção capitalista, industrializado. No contraste das revoluções temos de um lado, a Revolução Burguesa, e do outro lado, no contexto das discussões apresentadas no 18 Brumário de Karl Max e Lênin(1985), um mundo ocidental (a partir da URSS), onde quem estava no poder eram as classes camponesas, característica de uma sociedade agrária.

¹ “Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.”

Nesse sentido nos indagamos, então sobre que atores sociais pensamos hoje como campesinato? E quais os tipos de continuidades e rupturas dos modos de viver e trabalhar dos agricultores familiares que vivenciam a Política de ATER? Discutiremos essa problematização perpassando pelas principais teorias do campesinato, desde a visão clássica de Chayanov, abordadas por Ellen Wootmann (1995), passando por Henri Mendras (1969), Theodor Shanin (2005) com a perspectiva da diferenciação, às discussões atuais sobre agricultura familiar em Nazareth Wanderley (2001), sobre desenvolvimento rural em Sergio Schineider (2010) e às feiras livres como alternativas de inclusão socioeconômicas das famílias rurais (MELO, 2012).

Assim, o foco da análise são as feiras-livres, pois se configura como um importante canal de comercialização dos produtos da agricultura familiar. São pontos tradicionais e atrativos em relação ao mercado e frutarias, com uma maior diversidade, de produtos mais frescos, e uma relação próxima com o produtor feirante. Conforme Melo (2012, p. 188) em sua tese, as feiras são “vistas como figurações e também como pertencentes a várias figurações”, espaço físico que circunscrevem redes de relações culturais, que influenciam nos processos de formação e nas formas de relações sociais. Embora nem todos os feirantes agricultores familiares dêem o mesmo sentido, parte significativa apresentou no seu modo de viver e trabalhar o respeito de que neles devam prevalecer os valores, como confiança, reputação, honra e responsabilidade.

Dessa forma, o trabalho se justifica pela urgência de visibilizar formas de manter o agricultor/a familiar no campo, com condições de sobrevivência na atividade, dadas as dificuldades que enfrentam, pois são “empurrados” cada vez mais para a cidade. Por isso o artigo visa analisar as continuidades e rupturas dos modos de viver e trabalhar dos (as) agricultores (as) familiares assistidos pela ATER no município.

Por fim, o trabalho tem por pauta o apoio e fortalecimento das relações entre os (as) agricultores (as) familiares e os extensionistas da ATER pública, no que concerne à capacitação destes(as) agricultores(as) no nível da auto gestão, utilização racional dos recursos naturais implantação e gerenciamento de modelos agroecológicos de produção e capacitação de lideranças comprometidas com o desenvolvimento territorial sustentável através de alternativas que dinamizem a agricultura familiar assistida.

Campesinato: atualização da discussão...

Sob o “olhar” do campesinato, Ellen Wootmann (1995) apresenta o pensamento de quatro autores clássicos da tradição europeia na construção teórica sobre essa categoria. Chayanov, representante da escola austríaco-alemã e crítico da perspectiva marxista juntamente com Galeskie Tepicht (1975, 1973, apud WOOTMANN, 1995) influenciaram os estudos do campesinato no Brasil. Ao considerar a família como unidade de força de trabalho e de consumo formada pelo casal e seus filhos, com possibilidades de agregar outros membros, demarcou a abordagem econômica das relações camponesas, suas análises estariam baseadas nas razões consumidores/produtores no qual o grupo doméstico se altera ao longo de seu ciclo de desenvolvimento, a fim de manter o equilíbrio entre as unidades de produção e de consumo. Considera a família camponesa em seu caráter indivisível, em que a terra exerce um fator fundamental no sistema de produção, como bem material e simbólico, um grupo organizado com sua hierarquia voltada para valores morais, com relações distintas do modo de produção capitalista, por que não exerce trabalho assalariado.

Já a visão de Galeski (apud WOOTMANN, 1995) leva em conta o fator da consanguinidade, como predominante no grupo doméstico, principalmente, por que a terra não é vista apenas como fator de produção, mas como patrimônio, ou seja, é fortalecida pelas relações de parentesco e comunitária, no que se refere à continuidade das gerações. A comunidade como mantenedora do *habitus*, no sentido de Bourdieu (1996): definidor da posição do indivíduo e da família e, que em decorrência do processo de transformação da estrutura daria lugar à grande fazenda, levando em conta a escala de evolução da sociedade. Numa perspectiva neomarxista, Tepicht (apud WOOTMANN, 1995) aproxima-se a Chayanov ao considerar que a família incorpora o controle dos negócios e das relações domésticas.

Com base no pensamento de Wootmann (1995), destaca-se para esses três autores clássicos a família como referência para compreensão de campesinato, mas o que se enfatiza como fundamental é a produção econômica “A reprodução da família é percebida através da produção, deixando fora do esquema de percepção as relações de parentesco, fundamentais para a reprodução social da família e do patrimônio através de gerações” (p.34).

Dentre outros autores clássicos, destaca-se Henri Mendras (1969) apud WOOTMANN, p. 36, 1995) estudioso francês, que no intuito de construir sua teoria sobre campesinato, a partir de características das sociedades rurais francesas, baseou-se na importância capital da família definida pelo grupo doméstico, nesse sentido deixou claro a desconsideração ao fator parentesco. Em suas análises sobre o campesinato francês, ocorre um reducionismo ao dizer que se percebe a reprodução social a partir da produção e, não das relações sociais. Para ele, o que funda o campesinato é a relação moral estabelecida, uma sociedade de interconhecimento, que baseia as práticas e representações sociais particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família.

Uma importante contribuição foi dada pela antropologia norte-americana sec. XX ao adentrar num campo de estudos até então reservado aos economistas e sociólogos. Sob uma perspectiva “holística” como comunidade, isto é, baseado num pensamento funcionalista de vê-la como um todo integrado. Foi Robert Redfiel (apud WOOTMANN, p. 42) que ao desvelar o campesinato numa ótica culturalista percebeu as relações entre o campo e a cidade; entre camponeses e a elite; entre a comunidade e o Estado ou a nação, inicialmente abandonou-se as relações de parentesco, ponto comum dos estudos antropológicos.

Assim, para a antropologia norte-americana o camponês ocuparia o espaço das partes em relação ao todo, que emerge da noção de campesinato em Kroeber (apud WOOTMANN, p. 42), ao definir como categoria *party society*, aí ganha ênfase as relações de patronagem como posição central das relações sociais. Daí resulta, as dimensões de uma sociabilidade assimétrica entre produtores de excedentes e o grupo dominante, com relação à sociedade camponesa. A terra, numa análise culturalista não é reduzida a um fator de produção, mas é também carregada de valores simbólicos. Segundo as análises de Wootmann (1995), tanto a tradição europeia (materialista), quanto a tradição norte-americana (funcionalista) na construção do pensamento sobre a categoria campesinato agiram a negligenciar as relações de parentesco nas sociedades camponesas.

Teodor Shanin(2005) atualiza uma crítica da abordagem marxista, o campesinato é tratado nessa teoria como que em extinção, tivemos em algum momento histórico uma sociedade camponesa, mas hoje, em sua perspectiva ocorre o que denomina de

diferenciação camponesa, abrange o sentido multicultural dessa categoria de análise, de maneira a ser mensurada de modo relacional e considerá-la em suas relações macro e micro-sociais. No campo de um dualismo entre a sociedade camponesa(rural) e a sociedade global (urbana), as discussões sobre a possibilidade de diálogos interdependentes entre o rural e o urbano, demarcam que, desse relacionamento ocorre o fim do campesinato, mas à medida em que o rural vai se incorporando das “coisas” do /urbano já não se destaca diferenciações.

“[...] A heterogeneidade dos camponeses é indubitável. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico (na realidade, apenas analiticamente é possível dividir “o diacrônico” e “o sincrônico” nos fenômenos sociais). Enfim, o termo “camponês” pode ser usado, e tem sido usado, como mistificação. Entretanto, dizer tudo isso é apenas limpar o terreno para a discussão das questões centrais que estão em jogo aqui. O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades. A “definição de camponês” só pode ser entendida dentro desse contexto. Nesses termos, uma “hipótese de nulidade” serviria para mostrar que a utilização do conceito de “camponês” torna a realidade social opaca aos nossos olhos ou, pelo menos, em nada contribui para o seu esclarecimento.”(SHANIN, 2005, p.2)

Pitirin A. Sorokin, et. All (1981) no texto “Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e o urbano” nos apresentam uma desmistificação quanto à construção desse conhecimento, a nível teórico, os estudos partem de um dualismo, configura-se numa visão anti-histórica, em que caracteres socioculturais são desprezados. Esse texto escrito no início do século XX já apresenta uma desmistificação ao que a visão marxista havia apregoado sobre o desaparecimento do mundo rural, uma vez que, na Inglaterra e na França a urbanização já estava consolidada. Essas diferenças e definições entre o mundo rural e o urbano são demarcadas pelas relações natureza /sociedade, na forma de apropriação da natureza pelo homem, apropriação de transformação do espaço, no rural

ocorre a homogeneização, não há o controle do homem pela natureza, já na cidade ocorre o gerenciamento das funções e “tudo” é manipulado, inclusive o espaço. Ele frisa o momento histórico do grande processo de migração, que ocorreu em todos os lugares do mundo.

Atualizando as discussões entorno do pensamento teórico sobre o campesinato, Maria Isaura Pereira de Queiroz(1978), em seus ensaios sobre Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbano no Brasil, ainda muito baseada nas visões de Sorokin (1981) e Mendras (1969), nos remete já uma visão da heterogeneidade no texto “ Do rural e do urbano no Brasil. Ao “olhar” nossa história sabemos que somos Brasil, a nível de cultura, da relação com a natureza, não temos tradições de linhagens, os povos autóctones foram destruídos. A formação do Brasil está alicerçada da abordagem eurocêntrica sobre o rural, há uma relação de assimetria entre o rural e o urbano, porque no ideário político-filosófico foi a razão iluminista que imperou/a.

O meio rural brasileiro foi pensado de maneira controversa ao grande projeto de desenvolvimento, percebido no âmbito da racionalização técnica (instrumental). O surgimento da mercantilização da vida, passa a ocupar a função de guia da ação dos homens, da vida social e política. De modo que, a política implementada no Brasil a partir dos anos de 1950 e de 1960 pelos programas de modernização agropecuária², por influência da Revolução Verde na América Latina, implantaram mais uma vez a contraposição entre campo e cidade, por ser um modelo industrial, que parte da lógica dominante de privilegiar o setor industrial, de caráter conservador, pelo apoio à modernização do latifúndio brasileiro.

As contraposições entre rural e urbano tem influenciado pensadores brasileiros em suas interpretações, para alguns há um fim do rural, pelo processo de urbanização e em uma perspectiva um pouco diferente, não ocorre/ia o fim do rural, e a urbanização completa do campo (WANDERLEY, 2000). Mas essas transformações, com as influentes trocas materiais e simbólicas fazem emergir uma nova ruralidade, baseada no local, como ponto de convergência entre o rural e o urbano. Todavia, faz-se necessário

²Modernização agrícola é relativo exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, no sentido estritamente produtivo. Já a “modernização agrária” diz respeito a interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões e não apenas agrícola, inclusive ao se pensar em reforma agrária(NAVARRO, 2001)

mais do que uma definição do dualismo rural/urbano, a busca de significados, do ponto de vista dos diferentes agentes, das práticas sociais que operacionalizam as interações entre estes espaços de pertencimento ao grupo (CARNEIRO, 2002, p. 232).

A partir da década de 90 têm-se mudança no discurso interno, influência de questões ambientais, quanto ao processo de revalorização do mundo rural, produzindo o discurso da reconversão produtiva, posta uma nova dinâmica – da diversificação da produção, em destaque o aspecto característico da agricultura familiar como importante para o desenvolvimento social e econômico do meio rural brasileiro, até então o meio rural era compreendido como espaço exclusivo das atividades agrícolas, passa assim, a ser percebido como lugar de uma sociabilidade mais densa que extrapola as relações sociais locais e abrange dimensões, regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais.(FIALHO, 2005)

Esse processo de revalorização do rural brasileiro, dar visibilidade à agricultura familiar como protagonista de uma “visão de relação com a natureza associada a uma qualidade de vida em contraposição aos anseios materiais. A busca pelo prazer de viver bem, sem a tradicional necessidade de buscar meios de sobrevivência”(FIALHO, 2005). Porém, a questão ambiental trouxe mais um conflito para o meio rural: a exaustão do uso dos recursos nas cidades, põe a idéia da agroecologia, ou seja, o abandono de uma racionalidade instrumental, ela nasce das resistências e abre espaço para questionamentos: Como as pessoas estão usando esses conhecimentos? Como os modos de vida estão sendo afetados? Historicamente haviam terras, mas com os novos usos da terra isso se inviabiliza? Como os projetos para o meio rural estão pensando este rural?

No entanto, na dinâmica das sociedades modernas, constituídas com o desenvolvimento do capitalismo. Dois sentidos sobressaem: 1) Que percebe neles o desaparecimento completo das sociedades camponesas e; 2) Em que as transformações resultantes dos processos: urbanização, a modernização da agricultura não provocou o fim das particularidades de certos espaços ou grupos sociais, pelo fato de ser hoje identificada como familiar, guarda laços profundos de ordem social e simbólica com a tradição camponesa.

Nazareth Wanderley(2001), parte desse segundo sentido, para quem a “agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria

analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação”(p. 21)

O campesinato tradicional, pela sua própria natureza, não se constitui um mundo isolado, à parte da sociedade. Dessa maneira, o processo de transformação não pode ser visto como uma superação do isolamento e exclusão do mercado para uma integração econômica e social no contexto da sociedade. Por outro lado, de maneira a restringi-lo à unidade de produção gerida pela família. Esses dois debates são formas complementares de compreensão desta categoria. O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão, mas o seu modo de vida é quem articula as múltiplas dimensões de sua vida. No intuito de ultrapassar a compreensão de campesinato numa escala evolutiva, consideramos as continuidades e rupturas que esta categoria nos coloca pela discussão entorno de elencar os dois uma relação de mão dupla entre camponês e a agricultor familiar.

Também, Schineider (2010) faz um panorama sobre o desenvolvimento rural no Brasil, destaca que houve uma reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade, a partir da segunda metade da década de 1990, voltou-se a falar não apenas da agricultura e da produção agrícola, mas do rural no sentido amplo. O interesse de intelectuais pelas questões ambientais e de sustentabilidade, a ascensão dos temas agricultura familiar, as dinâmicas de ocupação da população rural, o desenvolvimento rural e suas variações para o desenvolvimento regional e para o desenvolvimento territorial.

A assistência técnica e extensão rural e sua relação com a agricultura familiar.

No Brasil, historicamente a Extensão Rural viabiliza-se como transferência de tecnologia. Entre as décadas de 60 e 80, a extensão rural oficial foi um dos principais mecanismos de intervenção do Estado na agricultura, a partir do sistema ACAR. Neste período, o estado brasileiro se caracterizava por seu caráter fortemente centralizado e pela presença de governos autoritários, sendo os serviços de ATER coordenados e executados por uma empresa pública de âmbito nacional, com unidades distribuídas por todos os estados da federação e configurando o Sistema Brasileiro de Assistência

Técnica e Extensão Rural(Sibrater), que teve um papel determinante no processo de modernização da agricultura brasileira (PNATER, 2004).

Após o desmonte do sistema Sibrater, ocorrido no início dos anos 90, cada Estado da federação promoveu a reestruturação dos serviços segundo suas próprias especificidades políticas, financeiras e administrativas, dando origem a arranjos institucionais diversos, isso na primeira metade da década de 90. Já na segunda metade, caracterizou-se por uma atuação precária do Estado na provisão de serviços de Ater, o que se estende até os dias atuais, e por uma crescente intervenção de instituições não governamentais. Na lógica cada Estado, município ou região passa a depender da sua própria trajetória político-econômica e da relação entre Estado e sociedade construídos historicamente.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural supõe um arcabouço de mudanças em relação aos arranjos institucionais, ao direcionamento e a orientação metodológica da ação extensionista em relação à proposta de Ater difusionista de tecnologias da Revolução Verde. Do ponto de vista de Hillig (2008) em sua tese, a agricultura familiar configura-se como integrante das políticas de desenvolvimento e valorizá-la, bem como pensar sobre descentralização e democratização das políticas públicas são eixos para a relativização da tecno-burocracia na atualidade. Isso porque, ao compreendermos a complexidade, a natureza e a eficiência da agricultura familiar, vemos que a racionalidade econômica não será a mesma de um empresário capitalista. Os (as) agricultores(as) familiares existem além das fronteiras institucionais do Estado, sobrevivem com estratégias distintas da racionalidade moderna.

No nível de Piauí, historicamente nossa formação sociocultural e política incide também em nossas perspectivas futuras, sobretudo, porque o rural, sempre esteve ligado à produção agrícola de pouca expressividade. A análise do atraso da agricultura do Piauí está vinculada à criação extensiva de bovinos, já que foi esta que determinou em grande parte a distribuição demográfica, a disponibilidade de mão de obra e a própria estrutura fundiária, esta ligada três pontos que foram impeditivos do desenvolvimento das atividades agrícolas: a concentração da propriedade da terra; a destinação da terra para os pastos; a ausência de um mercado interno estimulador (MARTINS, 2002, pp.71).

A organização social do Estado do Piauí caracterizou-se por dois blocos sociais distintos, os grandes proprietários de terra e a massa trabalhadora direta ou indiretamente ligada à produção agrícola. Tivemos nesse âmbito o papel da Fazenda, como ente privado que institucionalizou as lideranças locais, sob o qual o Estado chegava às populações e que reforça a idéia das relações clientelistas, de dominação. Nos modelos de desenvolvimento para o Brasil, o Estado do Piauí é pensado de fora (input), foi assim com a maniçoba, o babaçu, o couro e atualmente com o agronegócio da soja (MARTINS, 2002).

No Piauí, a ATER nunca foi uma presença marcante nas comunidades camponesas, principalmente pelo sucateamento do setor público na década de 90, com reflexo em toda sistema EMATER. Em nível federal, a estratégia governamental foi repassar o serviço de extensão para as entidades, ONG's e movimentos sociais do campo, o papel do Estado de assistência técnica. A partir da promulgação da LEI 12.188/2010 que se institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o decreto de regulamentação n ° 7.215/2010 deu-se início às chamadas públicas, em vista de classificar entidades como executoras deste serviço, bem como uma revalorização da extensão rural para promoção do rural como espaço de viver e trabalhar (PNATER, 2004).

O caso de Bom Jesus e a intersecção com a feira

As feiras, conforme Melo (2012) são formas dinâmicas “(re) criadas para manutenção interna do grupo, uma solução material e simbólica em um duplo sentido” (MELO, 2012, p.185). E as figurações sociais são perceptíveis pelas trajetórias dos sujeitos durante as diversas situações de produção transporte e comercialização nas feiras além de ser um meio de ampliar as redes sociais, de proximidade entre campo e cidade, como também, interconhecimento local e supralocal.

Em Bom Jesus, no Piauí as feiras funcionam aos sábados, oferecem hortigranjeiros, doces, peixes, artesanato e especiarias que revelam a riqueza da cultura regional. Entretanto, não são em sua totalidade, mas grande parte dos feirantes são os produtores familiares de frutas, verduras e legumes.

No entanto, no Estado do Piauí o modelo de desenvolvimento, seguindo aos ditames da nação, acentuou as desigualdades sociais, resultando em consequências sócio-econômicas indesejáveis, como a concentração de renda e patrimônio, entre outros. Em relação à agricultura, na região sudoeste do estado, esse modelo priorizou o incentivo às culturas e atividades de exportação, principalmente a soja, e que ao invés de corrigir o modelo de ocupação territorial³, reproduziu de forma mais acentuada indicando a necessidade de efetiva regulação dos mercados de terras (MONTEIRO, 2002).

A utilização do solo pelas culturas anuais mecanizadas e por pastagens reduz/iu as oportunidades de trabalho no campo. A introdução da cultura da soja na região permitiu a absorção parcial da mão-de-obra disponível, em trabalhos sazonais.

Entretanto, para o desenvolvimento local deve-se visar o fortalecimento e a dinamização da agricultura familiar: tratam-se de 850 famílias agricultoras efetivamente assistidas pela Empresa Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural do município com participação na produção de alimentos e geração de renda do município (MDA/2016)

Nesse sentido, a ATER pública, aqui considerada pela contribuição da teoria social de Bourdieu aparece como espaço social específico, caracterizado pela presença de uma rede de relações de poder, envolvendo agricultores familiares e os diversos agentes sociais que empregam de forma material e simbólica no sentido de fazer existir esse espaço.

As práticas sociais dos (as) agricultores(as) familiares, como também, dos técnicos-extensionistas são o ponto simbólico de articulação da dominação e da resistência em relação às práticas de poder, quer dizer, à medida que determinados agentes sociais sejam possuidores de fatores que possam distingui-los frente aos demais atores (extensionistas, representantes do poder público, de sindicatos, de associações, de cooperativas, entre outros). São modos sociais específicos perpassados por conflitos e, por relações de poder entre os diferentes agentes sociais que deles participam.

³ As políticas adotadas nos anos 70 e 80 no Estado do Piauí, traduziram-se nos modelos governamentais baseados na concessão de incentivos fiscais, além de fiar medidas políticas de corte nacional ou setorial, com o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e programas específicos de pesquisa e extensão rural que estimulavam a ocupação do solo, sem incentivar a produção (MONTEIRO, 2002)

De acordo, os serviços oficiais de Extensão Rural no Estado do Piauí que são de responsabilidade da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (EMATER). De uma maneira geral, podemos dizer que a EMATER do Piauí funciona a partir da distribuição de agências (escritórios) pelos 5 territórios de desenvolvimento e gerências regionais e escritórios locais. No qual Bom Jesus está situado no território da Chapada das Mangabeiras, sede da gerência regional desse território de atuação, são 9 (nove) municípios com escritórios locais: Eliseu Martins, Colônia do Gurguéia, Alvorada do Gurguéia, Palmeira, Santa Luz, Cristino Castro, Bom Jesus, Redenção do Gurguéia, e Currais.

Há assistência técnica em toda a zona rural do município de Bom Jesus condicionada à logística da empresa, condições meteorológicas, aptidão e afinidade dos atendidos, as principais finalidades do atendimento são para a lavoura e pecuária. A unidade municipal da EMATER, em Bom Jesus, conta com 04 extensionistas, sendo 01 biólogo, 01 agrônomo e 2 técnicos agrícolas.

Conforme entrevistas informais com técnicos e agricultores feirantes, estes afirmam não existir regularidade nas visitas técnicas no município. Os técnicos reconhecem as dificuldades que existem para atender de forma regular os (as) agricultores (as) familiares e feirantes da região e a partir do reconhecimento dessa dificuldade, organizam-se atividades coletivas como reuniões e treinamentos nas comunidades sobre sua eficiência com relação às dinâmicas locais e economia local, mas embora não façam distinção, em termos de organização de trabalhos com jovens/idosos e/ou à agroecologia é insipiente. Para Diesel et al (2006), “[...] o extensionista vive hoje um momento crítico, em que diversas forças sociais, nem sempre convergentes, procuram determinar o sentido de sua ação”, resultando no que os autores denominam de “fragmentação da ação extensionista.(p.31)

Considerações Finais

Em considerações finais, colocamos a importância do entendimento dos elementos de ordem produtivo/econômica aos de natureza social, política e cultural dos (as) agricultores (as) familiares e feirantes e suas relações com a PNATER. Sobretudo, por razão dos (as) agricultores (as), pela sua própria natureza, seriam implicados em garantir a subsistência familiar. Outro ponto, é que embora o (a) agricultor (a) familiar

feirante se incorpore ao processo de mercado, através da atividade produtiva, no âmbito interno, os resultados da produção continuam sendo percebidos pela família como rendimento invisível. Outro fator, é quanto às mudanças sobre concepção de tempo, para muitos (as) agricultores (as), as experiências do passado não se enfraquecem e permanecem como uma referência que determina as práticas e as representações das famílias, pois parte significativa dos(as) feirantes herdaram de seus familiares essa forma de trabalho, mesmo com a crescente escolarização, os (as) agricultores (as) nunca renunciam à socialização dos filhos pela própria família. Um outro ponto, é sobre a multifuncionalidade, como estratégia da família de diversificar suas atividades fora do estabelecimento, mas como maneira de assegurar a reprodução desse e de sua permanência como ponto central de referência para onde convergem todos os membros da família.(WANDERLEY, 2003)

REFERÊNCIAS:

- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Correa - Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José e COSTA, Luiz Flavio de Carvalho(orgs). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 223-240.
- DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C.; FROEHLICH, J. M. Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionista. In: HumertoTommasino; Pedro de Hegedüs. (Org.). **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. 1 ed. Universidad de la Republica - Facultad de Agronomía, Montevideo. 2006.v. 1, p. 31-45.
- FIALHO, Marco Antonio Verardi. Agricultura familiar, produção orgânica e “novos rurais”: um estudo de caso no sul do Brasil. In. MOREIRA, Roberto José.(org). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro:D&A Editor, 2005 p.109-126.
- HILLIG, Clayton. **A cidadania e racionalidade técnico burocrática nas estratégias de apropriação do PRONAF pelos agricultores familiares**.Tese(doutorado)(Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/.../000677250.pdf?...1> acesso: 20/06/2015
- MARTINS, Agenor de Sousa ET all. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 2ª e. Teresina: Fundação CEPRO, 2002 p.14-45 / 47-127.
- MDA. site www.mda.gov.br, acesso em 05. 05. 2016.
- MENDRAS, Henri. **A cidade e o campo**. In. MENDRAS, Henri; GURVITCH, Georges; Courtain, P. e BOSI, S.P. Sociologia Rural. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. (textos Básicos de Ciências Sociais)
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e o caminho do futuro. **Revista Estudos Avançados**, 15 v, n. 43, São Paulo, setembro/dezembro, 2001.

- **PNATER:** www.mda.gov.br, acesso em 08.04.2005
- SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C. e GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, Jose de Sousa. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HURITEC, 1981. p.198-224.
- SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. In: REVISTA NERA – ANO 8, N. 7- JULHO/DEZEMBRO de 2005. Disponível em: <http://revistafct.unesp.br/index.php/nera/article/viewfile/1456/1432>. acesso em 21.09.2011
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, vol.30, nº 3(119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Do rural e do urbano no Brasil**. In: _____. Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil. Rio de Janeiro; São Paulo: Livros técnicos e científicos, EDUSP, 1978, p. 46-67
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (Org.) agricultura familiar, realidades e perspectivas. 3ª Ed. Passo Fundo: EDIUIPE, 2001, p. 21-55.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas- o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura. 2000: 87-145. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>. acesso em 25.ago.2010
- _____, Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social e pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E. TEIXEIRA, O.(Org.) Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002, p. 41-52.
- WOOTMANN, E. Teorias do campesinato. In: _____. **Herdeiros, Parentes e compadres**. São Paulo-Brasília/Huritec-Edunb, 1995. p.29-66